



Santistas gastam R\$ 35,58 para almoçar fora de casa, aponta pesquisa

Os trabalhadores santistas que usam vouchers refeição (cartão eletrônico ou papel) desembolsaram R\$ 35,58 por almoço em 2017. É o que revela a pesquisa Preço Médio da Refeição divulgada pela Associação Brasileira das Empresas de Benefício ao Trabalhador (ABBT). O valor está acima da média Brasil, que é de R\$ 34,14. Em 2016, a pesquisa apurou que o preço médio do almoço na cidade foi de R\$ R\$ 35,16. Em relação ao ano anterior, houve aumento de 1,19%. Mesmo assim, o reajuste ficou abaixo da inflação. Veja abaixo o comparativo entre as cidades paulistas pesquisadas. Santos é a terceira cidade mais cara do estado. Pesquisa aponta que preço na cidade ficou acima da média nacional, que é de R\$ 34,14. Mesmo assim, reajuste ficou abaixo da inflação. (Veja tabela ao lado)

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/03/2018

Barueri	38,20
Ribeirão Preto	36,77
Santos	35,58
Jundiaí	35,39
Campinas	34,43
São Paulo	34,33
Santo André	33,97
São Caetano do Sul	33,24
Guarulhos	32,40
Sorocaba	31,97
São Bernardo do Campo	31,59
Taboão da Serra	28,97
Osasco	28,84
Diadema	27,40
São José dos Campos	27,19

Miro tomará posse hoje no Sintraport

Oito meses após reeleito, em 14 de julho de 2017, com 98% dos votos úteis, Cláudio Miro Machado 'Miro' tomará posse hoje, às 10 horas, como presidente do Sindicato dos operários portuários de Santos (Sintraport). Políticos e sindicalistas de várias categorias de Santos e outras regiões, inclusive dirigentes nacionais da central Força Sindical, como seu secretário-geral João Carlos Gonçalves 'Juruna', devem estar presentes. Sua chapa teve 1.265 dos 1.297 votos apurados no ano passado, quando foram registrados 25 votos em branco e sete nulos. Não houve chapa de oposição. Após a eleição, ele reforçou os pontos do programa de campanha, entre eles a manutenção do mercado de trabalho dos portuários, e colocou-se contra a reforma trabalhista.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/03/2018

Servidores de São Vicente pedem nova proposta

Os servidores municipais de São Vicente aprovaram a continuidade das negociações da Campanha Salarial 2018 com o prefeito Pedro Gouvêa durante assembleia realizada na noite da última quarta-feira (14). Os pontos principais da pauta de reivindicação são: um plano de recuperação salarial da categoria; aumento significativo na cesta básica; a mudança de referência salarial para os auxiliares de serviços básicos e outros pontos não-salariais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/03/2018

Estivadores votam nova greve

Os estivadores avulsos e vinculados do Porto de Santos decidirão nesta sexta-feira (16), em assembleia marcada para começar às 9 horas, se farão greve de 48 horas nos terminais de contêineres na semana que vem. O presidente do Sindicato dos Estivadores, Rodnei Oliveira da Silva, disse ter recebido nesta quinta-feira (15) um ofício do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) marcando uma reunião de negociação salarial somente para o cais público, deixando os terminais de contêineres de fora.

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/03/2018

Servidores de Santos rejeitam nova proposta da Prefeitura

Os servidores públicos de Santos rejeitaram mais uma vez, em assembleia realizada na noite desta quinta-feira (15), a proposta de reajuste salarial da Prefeitura, que teve como nova oferta apenas o aumento no índice do valor da cesta básica de 3% para 9% para quem está na ativa e de 4 salários. Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Santos (SindServ), Flávio Saraiva, proposta da Administração Municipal não agrada em nada. "Não tem muito sentido. Não pagamos conta com cesta básica".

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/03/2018

Magistrados obtêm baixa adesão

A mobilização convocada para esta quinta-feira (15/3) por magistrados federais e do trabalho pela manutenção do auxílio-moradia da categoria teve baixa adesão no País. Além de não contar com a participação de juizes de tribunais estaduais, a paralisação não afetou nenhum dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) – órgãos de segunda instância da Justiça Federal. Segundo a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), aderiram 800 de 1.796 juizes federais. Foram registrados atos em pelo menos 12 Estados e no Distrito Federal.

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/03/2018

Etecs e Fatecs fazem consultoria gratuita para declaração do IRPF

Para quem encontra dificuldades no preenchimento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2018, diversas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais vão oferecer consultoria gratuita para auxiliar contribuintes a preparar a declaração. O prazo de entrega termina no dia 30 de abril.

Documentos

Os interessados na consultoria devem levar comprovantes de rendimentos do ano-calendário 2017, declaração anterior com recibo de entrega (se houver), número do RG, CPF e título de eleitor, endereço residencial, dados da conta bancária para restituição e comprovantes de despesas que possam ser abatidas (consultas médicas, exames clínicos, mensalidades escolares, contribuição para previdência privada, entre outros). Mais informações sobre a declaração podem ser obtidas no site da Receita Federal (receita.fazenda.gov.br).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/03/2018

Após perder ação trabalhista, vendedor terá de pagar R\$ 750 mil à empresa

Após ter uma ação contra seu antigo empregador, a concessionária Mônaco Diesel, rejeitada pela Justiça do Trabalho de Mato Grosso, o vendedor Maurício Rother Cardoso terá de pagar aproximadamente R\$ 750 mil para seu antigo empregador. No processo, que corre desde 2016 na 1ª Vara do trabalho de Rondonópolis, ele reclamava de ter tido as comissões por vendas reduzida unilateralmente, ter trabalhado sob condições de insalubridade e de não ter recebido uma viagem para Roma a que teria direito por seu bom desempenho, entre outras coisas. A maioria dos pedidos foi negada, incluindo correção no valor das comissões de vendas devidas, horas extras e danos morais. O pagamento de Cardoso à concessionária se deve a uma mudança na legislação implementada durante a reforma trabalhista, aprovada no ano passado. A partir da sua entrada em vigor, caso o trabalhador perca a ação, pode ser obrigado a pagar os honorários de sucumbência — indenização para pagar os custos da parte vencedora com advogados. A quantia a ser paga depende do valor atribuído à ação. No caso, o vendedor havia atribuído aos itens negados pela Justiça R\$ 15 milhões. A juíza Adenir Alves da Silva decidiu que o pagamento dos honorários deveria ser de 5% do valor da ação.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo (versão online) – 13/03/2018